

A AÇÃO DOS MECANISMOS MUNICIPAIS DE FISCALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA EXECUÇÃO DAS LEIS FEDERAIS N.º 10.639/2003 E N.º 11.645/2008: A EXPERIÊNCIA NA REDE DE ENSINO BÁSICO DE JUAZEIRO DO NORTE - CE.

POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Juliana Araújo Peixoto ¹
Universidade Federal do Ceará – UFC
julianajap@gmail.com

Resumo

Juazeiro do Norte - CE, registrou por meio do Núcleo de Educação e Promoção da Igualdade Racial, entre 2022 e o primeiro semestre de 2024, ao menos seis denúncias formalizadas, relacionadas a ausência da execução das leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008, na rede básica de ensino municipal. As leis tornam obrigatório o ensino da história da África, Afro-brasileira e Indígena. As denúncias foram também encaminhadas aos Conselhos municipais de participação social. Os Conselhos são órgãos colegiados, deliberativos, permanentes e paritários, têm por finalidade propor, deliberar, fiscalizar e monitorar políticas públicas em suas instâncias correspondentes. Juazeiro do Norte, conta com o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial, dentre outros. Os dois mencionados mecanismos, devem ser implicados na luta e no combate à discriminação racial, com vista a garantir a promoção da educação antirracista na rede de ensino municipal, garantindo o ensino e história da população negra, quilombola, de terreiro e indígena. Alguns dos resultados da experiência municipal, podem ser demonstrados nas seguintes situações: 1 - forte presença da sofisticação e da complexidade envolvendo o racismo estrutural e sistêmico, encarnadas também nos espaços de participação social, 2 - frequente ausência dos debates sobre as duas leis federais e 3 - não há diversidade étnico-racial, como populações negras e Comunidades Tradicionais compondo os diversos Conselhos do município. Os resultados implicam a exigência de promover discussões sobre a racialização nos espaços de participação social, quem são os sujeitos racializados? Qual o lugar da educação numa perspectiva antirracista dentro dos Conselhos?

Palavras Chave: Participação social; controle social; educação antirracista; lei n.º 10.639/2003; lei n.º 11.645/2008.

¹ Assistente Social Mestra em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (UNILAB), pesquisadora da temática étnico-racial.